

A FOME E A POBREZA NA REGIÃO DO CONTESTADO PARANAENSE

Hunger and poverty in the Contested Paraná Region

Raquel Mendonça Salvalágio

Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual do Norte do Paraná

raquelenp@gmail.com

Vanessa Maria Ludka

Doutora em Geografia, Professora Adjunta da Universidade do Norte do Paraná

vanessaludka@uenp.edu.br

Recebido: 24.03.2022

Aceito: 11.04. 2023

Resumo

A Guerra do Contestado aconteceu entre os anos de 1912 a 1916 em uma área de litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina. Mais de cem anos após o findar da guerra, é possível perceber suas consequências, principalmente a fome e a pobreza na Região do Contestado Paranaense (RCP). Esta pesquisa tem como objetivo analisar a fome e a pobreza na Região do Contestado Paranaense. Metodologicamente, este estudo baseou-se em pesquisa quali-quantitativa, pesquisa bibliográfica e análise de dados secundários, além da utilização de Sistema de Informações Geográficas (SIG). Após as análises, constatou-se que 39,25% da população pertencente à Região do Contestado Paranaense está vulnerável à fome e à pobreza, todavia, apenas 13,81% da população total é assistida por programas de combate à fome e à pobreza.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade social: Guerra do Contestado: Programa Bolsa Família; Geografia da Fome.

Abstract

The Contestado War occurred between 1912 and 1916 in a disputed Paraná and Santa Catarina area. More than a hundred years after the war ended, it is possible to realize its consequences, mainly hunger and poverty, in the Contestado Paraná Region (CPR). This research aims to analyze hunger and poverty in the Contestado Paraná Region. Methodologically, this study was based on quali-quantitative research, bibliographical research and secondary data analysis, and a Geographic Information System - GIS. After the analysis, it was found that 39.25% of the population from the Contestado Paraná Region is vulnerable to hunger and poverty. However, only 13.81% of the population is assisted by programs to combat hunger and poverty.

Key-words: Social vulnerability, Contestado War, Bolsa Família Program, Hunger Geography.

1. INTRODUÇÃO

A fome é uma realidade tão arcaica quanto a história da humanidade, entretanto, ainda hoje é considerada um tabu, mesmo em um continente considerado como um eldorado na produção de alimentos, a América (CASTRO, 1965). A pobreza acompanha o desenvolvimento das comunidades mundiais, podendo ser considerada uma privação da liberdade, ou seja, você tem o direito à alimentação, porém não tem recursos suficientes para garantir sua saciedade de maneira adequada (SEN, 2010).

Esta pesquisa objetivou analisar a fome e pobreza na Região do Contestado Paranaense - RCP. Suscitou-se o seguinte questionamento: de que maneira a Guerra do Contestado influenciou na territorialização da fome e da pobreza na Região do Contestado Paranaense?

Esta pesquisa foi dividida em três momentos, além dos procedimentos metodológicos e considerações finais. No primeiro momento, apresentou-se a Guerra do Contestado e os principais fatores que levaram ao estopim nos banhados do Irani no ano de 1912, principalmente sob a influência messiânica e a chegada do capitalismo por meio da empresa de Percival Farquhar, para construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande.

No segundo momento, discutiu-se teoricamente o conceito da fome e da pobreza, conceitos norteadores para esta pesquisa. No terceiro momento, analisou-se dados que retrataram a fome e a pobreza na RCP. Essa região é composta por 11 municípios: Antônio Olinto, Campo do Tenente, General Carneiro, Palmas, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, Rio Negro, São João do Triunfo, São Mateus do Sul e União da Vitória. Em 2021, a população estimada dessa região é de 254.559 habitantes (IBGE, 2021), dos quais 39,25% estão vulneráveis à pobreza, à extrema pobreza e a até mesmo à fome.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho baseou-se metodologicamente na pesquisa qualitativa-quantitativa, pois, de acordo com Minayo (1997), numa pesquisa científica, os tratamentos quantitativos e qualitativos dos resultados podem ser complementares, enriquecendo a análise e as discussões finais.

Para o aprofundamento teórico, foram realizadas pesquisas bibliográficas pautadas em autores como Castro (1965), Queiroz (1966), Thomé (1992), Ziegler (2013), Caparrós (2016), Santos (2009), Sem (2010), Fraga (2010) e Ludka (2016).

Realizou-se também análise de dados secundários referentes ao Programa Bolsa Família (PBF), Cadastro Único, Censo Demográfico de 2010 coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Atlas Brasil (2021), do Ministério da Cidadania (2021), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO (2021) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Para melhor compreensão da territorialização da fome e da pobreza na RCP, utilizou-se o Sistema de Informações Geográficas (SIGQGIS3.14.15) para elaboração de mapas da área de estudo. Para alcançar a porcentagem de pessoas atendidas pelo Programa Bolsa Família, utilizou-se a seguinte fórmula elaborada por Ludka, Pereira e Mello (2022 no prelo):

$$\% \text{ Pessoas atendidas pelo PBF} = \frac{\text{NF} \times 3,3}{\text{PE}} \times 100. \text{ (Equação 1)}$$

Em que “PBF - é Programa Bolsa Família; 3,3 - Segundo IBGE é a quantidade pessoas que compõem as famílias brasileiras segundo o IBGE; NF - é o número de Famílias atendidas pelo programa; PE - é a População estimada”.

Para calcular a porcentagem de pessoas atendidas no Cadastro Único, utilizou-se a mesma fórmula substituindo o percentual de pessoas atendidas pelo PBF pelo percentual de pessoas atendidas pelo Cadastro Único.

$$\% \text{ Pessoas atendidas Cadastro Único} = \frac{\text{NF} \times 3,3}{\text{PE}} \times 100. \text{ (Equação 2)}$$

Tais informações obtidas por meio das equações foram distribuídas na elaboração dos mapas. O índice de vulnerabilidade social (IVS) foi alcançado por meio da apreciação de dados dispostos no Atlas Brasil (2021). O índice é alcançado por meio da análise de dados, em que,

O IVS é o resultado da média aritmética dos subíndices: IVS Infraestrutura Urbana, IVS Capital Humano e IVS Renda e Trabalho, cada um deles entra no cálculo do IVS final com o mesmo peso. Para o cálculo dos subíndices, foram utilizados dezesseis indicadores calculados a partir das variáveis dos censos demográficos do IBGE, para os anos de 2000 e 2010 – tabulados para o ADH no Brasil com seus respectivos pesos. Para a construção de cada dimensão do IVS, utilizando os pesos equivalentes para cada indicador, foi necessário utilizar parâmetros máximos e mínimos, em cada indicador, para transformá-lo, também, num indicador padronizado, com valores variando de 0,000 a 1,000. Cada indicador teve seu valor normalizado numa escala que varia entre 0 e 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação. A

condição de absoluta ausência de vulnerabilidade equivale a 0% de casos indesejados (ou, por exemplo, zero mortos por mil nascidos vivos, no caso da variável taxa de mortalidade de crianças de até 1 ano de idade). (IPEA, 2021)

3. A GUERRA DO CONTESTADO, QUE GUERRA FOI ESSA?

A Guerra do Contestado ocorreu nos limites territoriais dos estados de Santa Catarina e Paraná na região Sul do Brasil, entre os anos de 1912 a 1916, a partir de diversos fatores, que se entrelaçaram, levando a eclosão do motim: sociais, políticos, econômicos e religiosos

Ocorreu entre os caboclos revoltosos, especialmente por terem sido expulsos de suas terras pela empresa do norte-americano Percival Farquhar, com o auxílio das forças armadas brasileiras, em decorrência da construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, impulsionando o processo de fome e pobreza dessa população.

Essa região ficou marcada pela presença de diversos líderes que até os tempos atuais são cultuados na memória do povo caboclo. Entre eles estão os monges João Maria de Agostini, João Maria de Jesus e José Maria, atribuindo características messiânicas a esse movimento. Galeano (1986) destacou que foi uma das maiores guerras civis de todas as Américas.

Reuniram-se no espaço geográfico contestado mais de trinta mil pessoas, sendo os habitantes daquela região, os fazendeiros, oportunistas que percebiam no movimento oportunidade para estabelecer pressões políticas em decorrência dos limites disputados entre Santa Catarina e Paraná (LUDKA, 2016).

Vale ressaltar que, agrupando-se por anseios comuns, os caboclos, cada um com suas razões, juntaram-se e defenderam-se “das agressões, e juntos atacaram. Lutaram pela sobrevivência até que cercados, famintos, doentes e esfarrapados, sucumbiram aos mais fortes” (THOMÉ, 1992, p. 42), no ano de 1916, na qual se fixou o acordo de Limites, definidor dos atuais territórios de Santa Catarina e Paraná. Entretanto, o ano de 1917 ficou caracterizado pela limpeza social das terras que estavam sob o domínio da *Lumber* e dos coronéis (FRAGA, 2010), sendo o “marco inicial da colonização efetiva da região do Contestado [...]” (LUDKA, 2016, p. 115).

Com o fim da guerra na região do Contestado, mudanças socioeconômicas ocorreram, mas, a Região do Contestado Paranaense, de acordo com dados sociais apresentados no *site* do Ministério da Cidadania - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (2021), ainda é marcada pela fome e pela pobreza.

4. A FOME E A POBREZA: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL

A fome não é uma discussão recente na Geografia, tendo seu principal expoente o médico e geógrafo brasileiro Josué de Castro, que no século XX escreveu diversas obras como *Geopolítica da Fome*, *Geografia da Fome*, entre outras. De acordo com Castro (1965), a fome é um tema delicado, até mesmo perigoso, pois a fome é considerada um tabu diante da sociedade mundial mesmo estando presente em todos os continentes. Até nas Américas, conhecida como abundante em alimentos, simbolizada na contemporaneidade como eldorado, o flagelo da fome se faz presente (CASTRO, 1965).

A exclusão social, a miséria e a fome são fenômenos sociais mundiais tão antigos quanto o ideal pela busca de uma sociedade equitativa. Impressiona profundamente a sua face mais cruel: a fome, como impossibilidade dos cidadãos de acessar a direitos sociais básicos, em virtude do processo de concentração de renda e acesso desigual às oportunidades na sociedade brasileira. Tratar o problema da fome como questão nacional e não como fatalidade individual é responsabilidade de toda sociedade e dos governos, nas suas esferas federal, estaduais e municipais. (LUDKA, 2016, p. 46).

Caparrós (2016) salientou que nada é tão letal e ao mesmo tempo evitável quanto à fome. A fome pode ser comparada com outras calamidades como pandemias, epidemias, guerras, pestes, porém “a menos debatida, a menos conhecida em suas causas e efeitos, é exatamente a fome” (CASTRO, 1965, p. 10).

Ziegler (2013) ressaltou que entre todos os direitos humanos, o direito à alimentação é, seguramente, o mais constante e maciçamente violado na Terra. Josué de Castro salientou que a fome não é um fenômeno natural, tampouco acontece em decorrência da falta de alimentos, mas é produzida por meio das relações sociais em determinado espaço, pois “a fome sempre existiu, assim como sempre houve pobreza e miséria ao lado da riqueza e do luxo” (CASTRO, 1965, p. 21).

Castro (1965) apresentou a fome em cinco áreas alimentares no Brasil, entre elas a região Sul, na qual:

Embora os hábitos alimentares estejam longe de ser perfeitos, não se apresentam, contudo, deficiências alimentares tão pronunciadas, a ponto de arrastarem a maioria da coletividade aos estados de fome. É verdade que também se manifestam nestas áreas os desequilíbrios e as carências alimentares, sejam em suas formas discretas, subclínicas, sejam mesmo em suas exteriorizações completas, mas sempre como quadros de exceção, atingindo grupos reduzidos, representantes de determinadas classes, e não massas inteiras de populações, quase em sua totalidade, [...] são estas áreas do Centro e do Sul, áreas de subnutrição e não propriamente de fome. (CASTRO, 1965, p. 40).

De acordo com Castro (1965), a região Sul não é tão afetada pela fome quanto às demais regiões, entretanto, a fome e a pobreza se apresentam na Região do Contestado

Paranaense mesmo após cento e cinco anos do final da Guerra do Contestado. A fome de alimentos e a privação de liberdade como consequência da pobreza levam a população a ter pouco ou nenhum acesso a serviços de saúde e saneamento básico, passando suas vidas travando lutas contra uma morbidez desnecessária (SEN, 2010).

Sen (2010, p. 30) afirmou que “um número enorme de pessoas em diversos países do mundo são sistematicamente negados a liberdade política e os direitos civis básicos” tendo como argumento o estímulo ao crescimento econômico, como suposto benefício para o desenvolvimento mais rápido. Logo, a pobreza, de acordo com Sen (2010), deve ser entendida como uma privação de liberdade, que se reflete em mortes precoces e exclusão social.

A privação de liberdade pode surgir em razão de processos inadequados (como violação do direito ao voto ou de outros direitos políticos ou civis), ou de oportunidades inadequadas que algumas pessoas têm para realizar o mínimo do que gostariam (incluindo a ausência de oportunidades elementares como a capacidade de escapar da morte prematura, morbidez evitável ou fome involuntária) (SEN, 2010, p. 32).

Ziegler (2013) dissertou que a fome pode ser estrutural ou conjuntural.

[...] a “fome conjuntural” é provocada pela derrocada brutal, imprevista, e em curto prazo de toda a infraestrutura econômica e social de uma sociedade. Como, por exemplo, a devastação e desnutrição de campos, estradas e poços de uma seca ou de um furacão; ou como consequência de uma guerra [...]. A “fome estrutural” corresponde à falta permanente de alimentos, à ausência persistente de uma alimentação adequada. Ela se deve ao subdesenvolvimento geral da economia de um país, à insuficiência de suas forças de produção e de suas infraestruturas e à extrema pobreza da maioria dos seus habitantes. As pessoas morrem lentamente por causa do grande número de doenças que as assolam, da falta de vitaminas ou do kwashiorkor. Resumindo, a “fome estrutural” não provém de uma catástrofe externa, mas é inerente às estruturas da sociedade (ZIEGLER, 2002, p. 32).

No primeiro momento, no decorrer da guerra do Contestado, a fome conjuntural se fez presente. Atualmente, é a fome estrutural que se apresenta nos municípios da Região do Contestado Paranaense.

Portanto, a superação da fome, de acordo com Josué de Castro, encontra-se em políticas públicas adequadas, ou seja, um Estado justo, que promova uma política alimentar por meios dos preceitos de distribuição igualitária dos alimentos, pois “a vitória contra a fome constitui um desafio à atual geração – como um símbolo e como um signo da vitória integral contra o subdesenvolvimento” (CASTRO, 1965, p. 290).

5. A FOME E A POBREZA NA REGIÃO DO CONTESTADO PARANAENSE

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, ao lado do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), do Programa Mundial de Alimentos (PMA), do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), publicou no ano de 2021 o relatório intitulado “O Estado de Insegurança Alimentar no Mundo, 2020 (SOFI)” e constatou que cerca de 811 milhões de pessoas não têm ideia do que irão comer em seu cotidiano, considerando o cenário pandêmico atual. De acordo com o relatório, esse cenário já tinha um ambiente desanimador mesmo antes da pandemia (FAO, 2021).

No Brasil, 23,5% de sua população encontra-se em situação de fome moderada ou grave, ou seja, 49,6 milhões de pessoas passam fome e vivem em situação de pobreza. Dois fatores auxiliam no entendimento de pobreza e fome, sendo o primeiro critério a classe social e econômica, “[...] outro lugar de residência: o pobre urbano se depara com problemas diferentes do que o pobre rural encontra; diversas regiões geográficas apresentam variadas situações de carência” (LUDKA; FRAGA, 2015, p. 4295).

Desse modo, Jean Ziegler (2013) apontou que existem três grupos vulneráveis à fome. Esses grupos são os pobres rurais, os pobres urbanos e as vítimas das catástrofes, sendo os pobres rurais a maioria das pessoas que não têm o suficiente para se alimentarem adequadamente, além de não disporem de água potável, saúde pública, educação, higiene, levando as populações do campo a serem as primeiras vítimas da fome e da miséria.

A Região do Contestado Paranaense é composta tanto pelos pobres rurais quanto pelos pobres urbanos. Como já dito, a RCP engloba os municípios de Antônio Olinto, Campo do Tenente, General Carneiro, Palmas, Paula Freitas, Paulo Frontin, Porto Vitória, Rio Negro, São João do Triunfo, São Mateus do Sul e União da Vitória (Figura 1). No ano de 2010 a região possuía 226.370 habitantes (IBGE, 2010). Em 2021, a população estimada é de 254.559 (IBGE, 2021).

Considera-se que “a definição de pobreza deve ir além de pesquisas estatísticas [...], a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social” (SANTOS, 2009, p. 18). Para melhor demonstrar a realidade da RCP, apresentou-se na tabela 1 a porcentagem de pessoas extremamente pobres e pobres dos onze municípios que compõem o recorte espacial desta pesquisa. Os dados apresentados são censo demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2010.

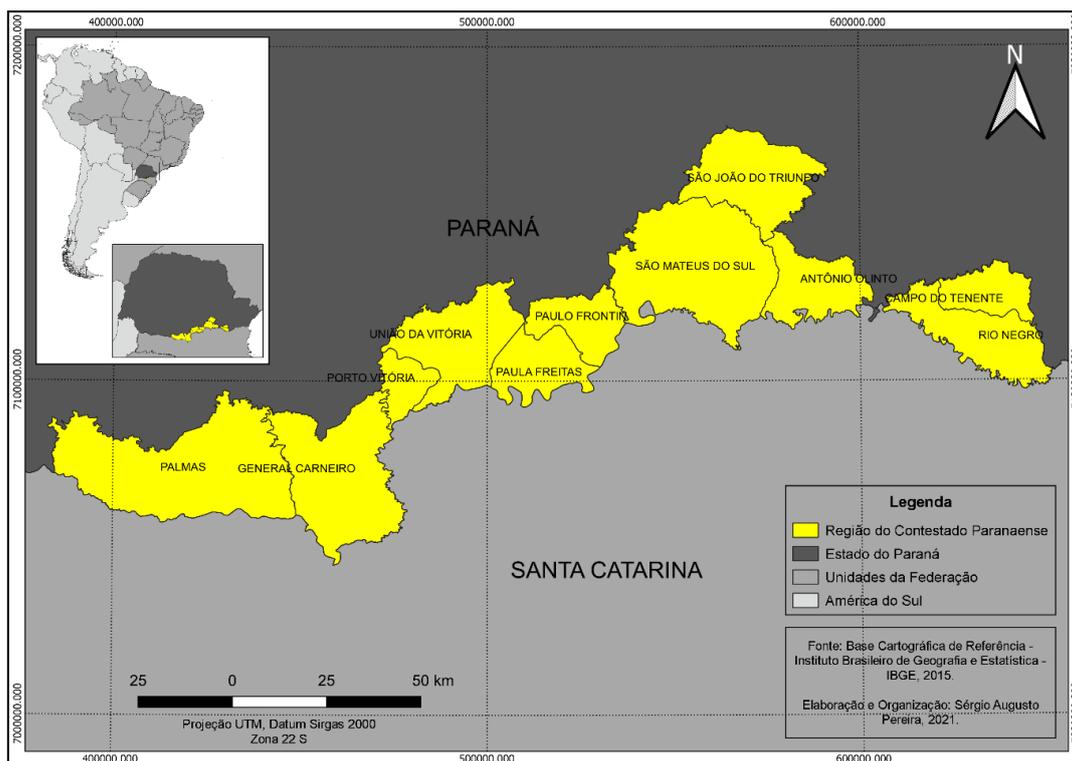


Figura 1 - Mapa de localização dos municípios do Contestado Paranaense

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2015.

Tabela 1 - Dados da população total, pobres e extremamente pobres na Região do Contestado Paranaense – 2010.

Municípios	População	% Pobres	% Extremamente Pobres
Antônio Olinto	7.351	23,67	13,2
Campo do Tenente	7.125	18,76	7,08
General Carneiro	13.669	17,5	7,01
Palmas	42.888	14,24	5,7
Paula Freitas	5.434	20	4,83
Paulo Frontin	6.913	16,63	4,71
Porto Vitória	4.020	10,97	3,64
Rio Negro	31.274	13,97	2,73
São João do Triunfo	13.704	9,46	2,04
São Mateus do Sul	41.257	7,2	1,97
União da Vitória	52.735	11,48	1,49

Fonte: IBGE, 2010.

Percebeu-se, por meio dos dados analisados, que o município de Antônio Olinto é o que apresentou as taxas mais preocupantes, com 13,20% de extremamente pobres e 23,67% de pobres. União da Vitória apresentou a menor taxa de extremamente pobres, possuindo 1,49% e São Mateus do Sul, com 7,2%, a menor taxa de pobres (IBGE, 2010).

Parte da população que compõem a Região do Contestado Paranaense encontra-se em situação de vulnerabilidade. De acordo com Atlas de Vulnerabilidade Social – IPEA, pessoas vulneráveis são aquelas pessoas que estão à margem da sociedade, isto é,

famílias em processo de exclusão social, impulsionada por fatores socioeconômicos, e normalmente dependem de auxílios de terceiros para garantir a sua sobrevivência.

A RCP, de acordo com o IBGE (2010), apresentou altas taxas de vulnerabilidade à pobreza. Essas taxas, no ano de 2010, variavam de 22,53% a 48,39%. Os municípios que possuíam as maiores taxas de vulneráveis à pobreza eram: Paula Freitas (48,39%), Antônio Olinto (48,20%) e Campo do Tenente (40,15%). A menor taxa de vulnerabilidade pertencia ao município de São Mateus do Sul (22,53%) (Figura 2).

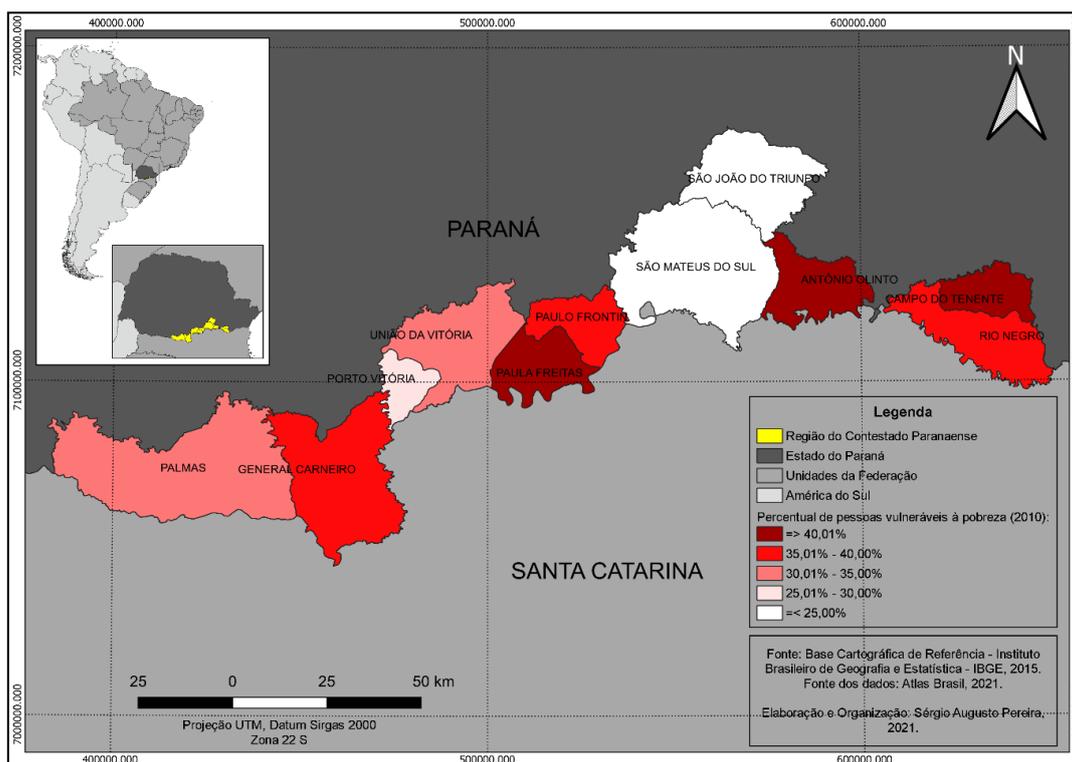


Figura 2 - Vulnerabilidade à pobreza na Região do Contestado Paranaense – 2010.

Fonte: Atlas Brasil, 2021.

Outra forma de analisar a quantidade de pessoas que estão vulneráveis à pobreza é por meio do Cadastro Único. Esse cadastro reúne informações sobre as famílias de baixa renda, com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa, permitindo ao governo conhecer a real situação da população brasileira (BRASIL, 2015).

De acordo com o Ministério da Cidadania (2021), a Região do Contestado Paranaense possuía 30.275 famílias no Cadastro Único, equivalendo a 99.908 pessoas, ou seja, 39,25% da população pertencente à RCP está vulnerável à fome e à pobreza. A figura 3 apresenta esta realidade de acordo com cada município pertencente à região.

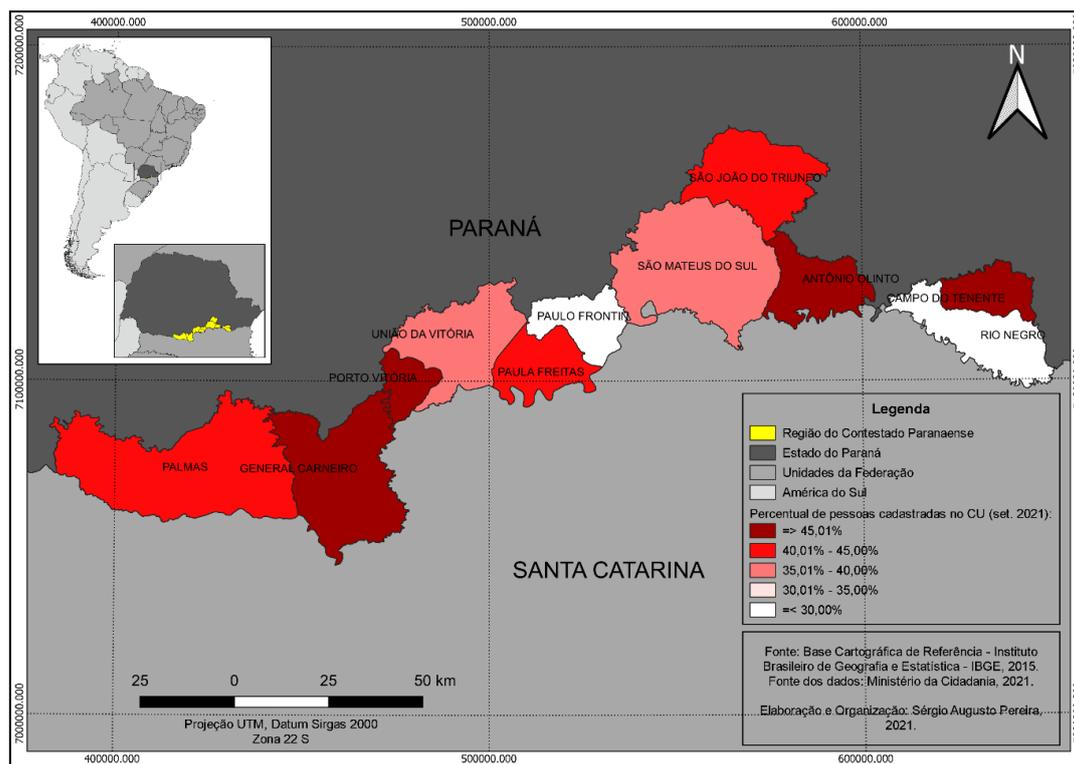


Figura 3 - Percentual de pessoas cadastradas no Cadastro Único na Região do Contestado Paranaense – 2021. **Fonte:** Ministério da Cidadania, 2021.

Para minimizar a situação de vulnerabilidade, de pobreza e até mesmo de fome existem programas governamentais. O Programa Bolsa Família – PBF é um desses programas e foi implementado no ano de 2003 durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O PBF foi o principal responsável pelo cumprimento do primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM) proposto pela ONU, que foi o de, até 2015, reduzir a pobreza extrema e a fome à metade do nível de 1990. Assim, de acordo com a FAO, o Brasil foi além, saindo do mapa da fome no ano de 2014 (BRASIL, 2015).

O principal objetivo do PBF é contribuir para superação da pobreza, baseando-se em três eixos de atuação:

Transferência direta de renda às famílias, que permite o alívio imediato da situação de pobreza; Ampliação do acesso a serviços públicos que representam direitos básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, por meio das condicionalidades, contribuindo para que as famílias rompam o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza; Coordenação com outras ações e com outros programas dos governos, nas suas três esferas, e da sociedade, de modo a apoiar as famílias para que superem a situação de vulnerabilidade e pobreza (BRASIL, 2015, p. 5).

Para ilustrar a realidade da Região do Contestado Paranaense referente ao Programa Bolsa Família, a figura 4 apresenta o percentual de pessoas que receberam o PBF em outubro de 2021 em cada município da região. Ao analisar o impacto do

Programa Bolsa Família nos municípios que compõem a Região do Contestado Paranaense, observou-se que o programa abrange 13,81% da população total. Dessa forma, o menor percentual de beneficiários do PBF encontra-se no município de Paulo Frontin (7,96%) e o maior percentual, no município de Antônio Olinto (32,28%).

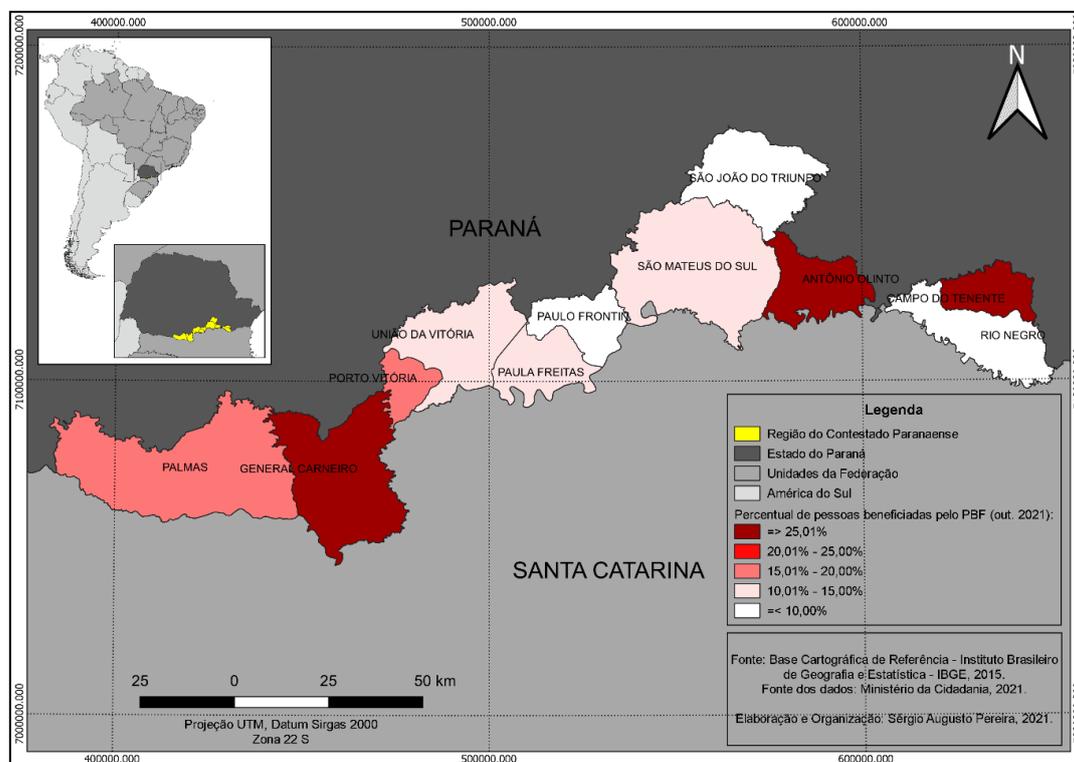


Figura 4 - Beneficiários do Programa Bolsa Família na Região do Contestado Paranaense – 2021. **Fonte:** Ministério da Cidadania, 2021.

O não acesso ao Programa Bolsa Família pelas pessoas que estão cadastradas no Cadastro Único impacta na distribuição de renda, em que a fome não é só de alimentação, mas também de cultura, de acesso ao letramento, bem como acesso a uma ocupação formal, mesmo que temporária, pois a Região do Contestado Paranaense caracteriza-se pela monocultura, com a intensa produção de tabaco.

Considerando o Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM-2019), disponibilizado no caderno de municípios do IPARDES/2021, os municípios apresentam o desempenho municipal que é expresso por um índice cujo valor varia de 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, maior o nível de desempenho do município com relação ao referido indicador ou o índice final. Existem quatro classificações para medir os níveis de desempenho dos municípios: baixo desempenho (0,000 a < 0,400), médio baixo desempenho (0,400 a < 0,600), médio desempenho (0,600 a < 0,800) e alto desempenho (0,800 a 1,000), conforme ilustra a tabela 2.

Tabela 2 - Índice IPARDES de Desenvolvimento Municipal (IPDM-2019), disponibilizado no caderno de municípios do IPARDES/2021.

MUNICÍPIOS	IPDM - Renda, emprego e produção agropecuária	IPDM - Educação	IPDM - Saúde	Índice IPARDES de desempenho municipal (IPDM)
Antônio Olinto	0,3475	0,8512	0,9404	0,7130
Campo do Tenente	0,3879	0,8310	0,8502	0,6897
General Carneiro	0,3738	0,7070	0,9002	0,6603
Palmas	0,5114	0,6808	0,8229	0,6717
Paula Freitas	0,4288	0,8816	0,9328	0,7477
Paulo Frontin	0,4140	0,8763	0,8711	0,7205
Porto Vitória	0,3880	0,8556	0,9468	0,7302
Rio Negro	0,5315	0,9471	0,8886	0,7891
São João do Triunfo	0,4327	0,7801	0,7984	0,6704
São Mateus do Sul	0,5423	0,9230	0,8738	0,7797
União da Vitória	0,4883	0,9146	0,8687	0,7572

Fonte: IPARDES, 2021.

Diante dos dados, percebeu-se que o índice equivalente à renda, emprego e produção agropecuária na Região do Contestado Paranaense varia de 0,3475, no município de Antônio Olinto, índice considerado de baixo desempenho, até 0,5423 em São Mateus do Sul, considerado de médio baixo desempenho. Considerando os dados, pode-se analisar que a falta de oportunidade de emprego para geração de renda e, conseqüentemente, qualidade de vida influencia no processo de fome e pobreza, fazendo necessária a implantação e desenvolvimento de programas sociais como o Programa Bolsa Família.

A economia da Região do Contestado Paranaense está baseada na monocultura, principalmente com o cultivo do tabaco, do reflorestamento com a plantação de *pinus* e álamo. Na região estudada, existem também as granjas de frango. A exploração da madeira nativa já acontecia à época da Guerra do Contestado, principalmente da Araucária que ganhou destaque em decorrência da Primeira Guerra Mundial, mantendo tal atividade até os dias atuais (LUDKA, 2016).

Desta maneira, com base nos dados analisados e em Ludka (2016, p. 202), observou-se que a região do Contestado ainda sofre as conseqüências da Guerra, ocorrida há 105 anos, visto que durante as entrevistas realizadas para sua tese, ficou perceptível a vergonha das famílias em passar fome e o descaso do poder público.

Que não encara a situação como uma questão socioeconômica e, conseqüentemente, não traça estratégias para ajudar no rompimento da fome e da pobreza no seu município, pois sabe-se que ao cidadão, a situação é mais complicada, pois romper as amarras da pobreza é quase uma missão hercúlea (LUDKA, 2016, p. 205).

Entretanto, mesmo que os índices de pobreza, extrema pobreza e vulneráveis à pobreza estejam alarmantes nos onze municípios da RCP, observou-se que o município de Antônio Olinto apresentou índices extremos de vulnerabilidades. Josué de Castro apontou que a fome é um tabu, pois estão inseridas nas raízes dos interesses econômicos, em minorias dominantes e com ações privilegiadas, “que sempre trabalharam para escamotear o exame do fenômeno da fome do panorama intelectual moderno” (1961, p. 49).

Portanto, diante dos dados analisados e das considerações de Ludka (2016) conclui-se que “existem muitas fomes e pobreza na região do Contestado, isto é, além da fome de alimentos, há fome de políticas sociais, de cultura, de oportunidades, de sustentabilidade, fome de serviços básicos, fome de liberdade”, entre outras (LUDKA, 2016, p. 205), sendo necessária a articulação governamental com políticas públicas de Estado que visam garantia do acesso e permanência em qualidade de vida, emprego e renda, educação, saúde, além da garantia do direito à alimentação adequada para todos os sujeitos, deixando de agir perante os interesses das classes dominantes e do movimento econômico.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fome está presente na Região do Contestado Paranaense desde o período da Guerra do Contestado até os dias atuais. Conforme apresentado na pesquisa, na região estão cadastradas 30.275 famílias no Cadastro Único, o que equivale a 99.908 pessoas, correspondendo a 39,25% da população pertencente à Região do Contestado Paranaense que estão vulneráveis à fome e à pobreza

A Região do Contestado Paranaense, conforme os dados analisados, é pobre, sofre com as mazelas da falta de políticas públicas, além de terras improdutivas, na qual domina a monocultura, especialmente o tabaco e o *pinus*. Com a evolução da tecnologia, as máquinas tomaram a mão de obra do homem, tornando o mercado de trabalho cada vez mais escasso e fazendo com que a população tenha a necessidade de programas sociais para suprir sua situação de vulnerabilidade social.

Tal situação equivale à falta de políticas públicas, da união e articulação dos governos Federal, Estadual e Municipal para a superação dessas vulnerabilidades de fome e pobreza, principalmente com a distribuição de renda por meio de programas sociais como o PBF.

Além da fome de comida, ficou perceptível, com base na tese de Ludka (2016), a existência da fome de políticas sociais, fome de cultura, de oportunidades, de sustentabilidade, existindo também a fome de serviços básicos e a fome de liberdade, pois além da vergonha de passar fome, as famílias sofrem com o descaso do poder público que não percebe esta realidade como uma questão socioeconômica.

REFERÊNCIAS

ATLAS BRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 11 de out. 2021.

BRASIL. **Bolsa Família**. 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf. Acesso em: 25 de nov. 2021.

CAPARRÓS, M. **A Fome**. Tradução de Luís Carlos Cabral. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016. 714p.

CASTRO, J. **Geopolítica da Fome**: Ensaios sobre os problemas de alimentação e de população do mundo. 6. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961. 250p.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1965. 400p.

FAO, IFAD, UNICEF, PMA e OMS. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2021**. Transformando os sistemas para a segurança alimentar, nutrição melhorada e dietas saudáveis acessíveis para todos. Roma, FAO. 2021. Disponível em: www.fao.org/documents/card/em/c/cb4474en. Acesso em: 14 de jul. 2021.

FRAGA, N. C. **Vale da Morte**: O Contestado visto e sentido. Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná. Blumenau: Hemisfério Sul, 2010. 155p.

FRAGA, N. C. **Contestado**: redes no geográfico. Florianópolis: Insular, 2017. 204p.

GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 392p.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 11 de out. 2021.

IBGE/CIDADES, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 de out. 2021.

IPARDES. **Cadernos Municipais**. 2021. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>. Acesso em: 25 de nov. 2021.

OBSERVATÓRIO SOCIOECONÔMICO DE CONTAGEM. **Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) - definição**. Disponível em: <http://www.contagem.mg.gov.br/observatorio/ivs/>. Acesso em: 25 de nov. 2021.

LUDKA, V. M.; FRAGA, N. C. Fome e Pobreza na Região do Contestado Catarinense: conflitos do desenvolvimento no sul do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE, 11., 2015, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: ANPEGE, 2015. p. 4291-4302.

LUDKA, V. M. **Contestado, A Fome E A Pobreza Com Permanência Da Guerra: cenários paradoxais no sul do Brasil.** 2016. 222 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

LUDKA, V. M.; PEREIRA, S. A.; MELLO, A. J. O. O Programa Bolsa Família e o Aumento da Fome e da Pobreza no Norte Pioneiro do Paraná. **Geografia Londrina**, v. 31, n. 2, 2022.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. 96p.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município.** 2021. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/index.html>. Acesso em: 10 de out. 2021.

QUEIROZ, M. V. **Messianismo e Conflito Social: a guerra Sertaneja do Contestado: 1912-1916.** São Paulo Ática, 1966. 323p.

SANTOS, M. **Pobreza Urbana.** 3. ed. São Paulo: Editora USP, 2009. 136p.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 464p.

THOMÉ, N. **Sangue, Suor e Lágrimas no Chão Contestado.** Caçador: UnC, 1992. 110p.

ZIEGLER, J. **A fome no mundo explicada a meu filho.** Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 136p.

ZIEGLER, J. **Destrução em massa geopolítica da fome.** São Paulo: Cortez, 2013. 336p.

Recebido: 24.03.2022

Aceito: 11.04. 2023